



PROTOCOLO Nº 66126/2017 – CONCURSO DE REMOÇÃO

Requerente: JANETTE ALENCAR TRINDADE RODRIGUES

Objeto: CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES – EDITAL Nº 001/2017 - IMPUGNAÇÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

I.

Cuidam os presentes autos de requerimento formulado por **JANETTE ALENCAR TRINDADE RODRIGUES**, técnica judiciária do quadro de pessoal permanente desta Egrégia Corte de Justiça, lotada na Vara Única da Comarca de Ferreira Gomes/AP, tendo por objeto a **SUSPENSÃO do CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO/AUXILIAR JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA DAS COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA A COMARCA DE MACAPÁ, PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE**, objeto do Edital nº 001/2017, publicado no DJE nº 158/2017, de 25.08.2017 e republicado no DJE nº 160/2017, de 29.08.2017.

Em síntese, alega a recorrente que:

1. Ausência de previsão normativa no referido edital referente à autoridade recorrida, forma, meio e prazo para formulação de recurso visando sua impugnação;
2. Ausência de esclarecimentos suficientes quanto aos impedimentos para participar;
3. Não previsão de impedimentos tendentes a coibir o “comércio de permutas”;
4. Não publicação da lotação paradigma atualizada;

Sucintamente relatado, passo a decidir na forma pontual a seguir.



II.

1. NÃO PREVISÃO NORMATIVA NO REFERIDO EDITAL REFERENTE À AUTORIDADE RECORRIDA, FORMA, MEIO E PRAZO PARA FORMULAÇÃO DE RECURSO VISANDO SUA IMPUGNAÇÃO, REVISÃO OU SUSPENSÃO

Uma leitura atenta do instrumento editalício em comento, demonstra claramente no item 3 de seu CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS que “os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor”. Ademais, o próprio edital fora expedido pela Corregedoria Geral de Justiça, o que não deixa qualquer dúvida de que a autoridade recorrida a quem deverão ser direcionados questionamentos quanto ao aludido documento é o Corregedor Geral de Justiça.

Via de regra, no âmbito da Administração Pública todos os atos são formais, muito embora, excepcionalmente, podem eles ser praticados por meio de gestos e símbolos (Ex. semáforos de trânsito, apitos de policiais etc). Nessa linha de raciocínio, a forma escrita é a praxe (art. 6º da Lei nº 9784/99) haja vista a melhor possibilidade de materialização ou exteriorização do ato, devendo o elemento motivador (irresignação do requerente/peticionante) atender a mesma exigência por questões de conveniência e transparência da atividade estatal.

Visando conferir efetividade e adequar às peculiaridades locais as orientações advindas do Conselho Nacional de Justiça por meio de sua Resolução nº 100/2009, foi editado no âmbito desta Corte de Justiça o Ato Conjunto nº 209/2010-GP/CGJ, de 09.12.2009, que instituiu e regulamentou a comunicação oficial e de mero expediente, por meio eletrônico, entre os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Amapá, tornando-se relevante transcrever seus principais pontos:

Art. 1º A comunicação entre os Órgãos jurisdicionais e administrativos integrantes ou vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, denominados Unidades Organizacionais, e entre estes e outros órgãos do Poder Judiciário, será realizada, obrigatoriamente, por meio eletrônico, nos termos do presente Ato.

(...)

Art. 2º A comunicação oficial entre Unidades Organizacionais integrantes ou vinculadas ao Tribunal de



Justiça do Estado do Amapá se dará por meio eletrônico, mediante a utilização do Sistema Hermes – Malote Digital, disponível na Intranet do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá na Internet, na forma prevista neste Ato.

(...)

Art. 12. A comunicação oficial e de mero expediente na forma deste Ato é obrigatória, sendo o Sistema Hermes – Malote Digital o meio de comunicação oficial entre os setores e órgãos administrativos e jurisdicionais, de primeiro e segundo grau de jurisdição, integrantes ou vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, substituindo qualquer outro meio, à exceção dos casos que, por lei, exijam intimação ou vista pessoal.

Ademais, o vigente Código de Processo Civil, em seu art. 15, *caput*, vem estabelecendo que *“na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou **administrativos**, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente”*, o que permite invocar, no hodierno debate, o preceito contido no §3º do art. 218 da mesma norma que vem fixando a regra geral de que *“inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de **5 (cinco) dias** o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte”*.

Vê-se, portanto, que a ausência de tais informações no Edital deve-se unicamente ao fato de que elas já se encontram devidamente previstas em outros instrumentos legais ou regulamentares, denotando sua desnecessidade e até mesmo impossibilidade de disposição diversa ante o princípio basilar da hierarquia das normas.

2. AUSÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS SUFICIENTES QUANTO AOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

Não há qualquer antinomia no quesito em questão. Segundo entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal, corroborando o princípio da vinculação ao edital, todos os atos que regem o concurso público devem observar os preceitos nele contido, haja vista não ser apenas o instrumento que convoca os candidatos interessados em participar do certame, mas também o repositório de todas as regras que poderão ser a ele aplicadas.



Frise-se, contudo, que mesmo vinculando reciprocamente a administração e os candidatos, nos ditames por ele fixados, o edital não deixa de ser um ato normativo estatal, e, como tal, deve obediência ao princípio constitucional da legalidade, este modernamente concebido como o dever de a administração pautar suas ações sempre pelo direito, e não meramente pela lei em sentido formal, de modo que a afronta a qualquer princípio, em razão de sua indiscutível carga normativa, é entendida como desrespeito ao princípio da legalidade em sentido amplo.

Deste modo, vigoram as normas estabelecidas no edital, o que não significa, necessariamente, adesão à tese esposada pela requerente, visto se mostrar imprescindível dar a devida interpretação legal e constitucional aos institutos mencionados, o que poderá ser objeto de interpelações futuras sem que isso possa implicar em alteração das normas editalícias, estas inseridas no âmbito da discricionariedade administrativa, haja vista que *“os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor”* (CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, Item 3).

3. NÃO PREVISÃO DE IMPEDIMENTOS TENDENTES A COIBIR O “COMÉRCIO DE PERMUTAS”

A situação aqui colocada pela requerente possui sua previsão normativa no art. 30, XI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, cuja alteração requer propositura prévia de qualquer membro ao seu plano administrativo, que deliberará e decidirá acerca de sua procedência, não havendo como o edital dispor de modo diferente por se tratar de clara usurpação de competência daquele colegiado além de inovação normativa vedada por lei.

4. NÃO DIVULGAÇÃO DA LOTAÇÃO PARADIGMA ATUALIZADA

Não há qualquer vincularidade entre a divulgação da lotação paradigma atualizada, com a sua metodologia de cálculo e seus resultados, e o objeto aqui perseguido, haja vista que o referido ato é prerrogativa da administração pública, dentro de sua autonomia gestora, razão pela qual lhe é permitido executar a equalização da força de trabalho da instituição de acordo com os parâmetros definidos pela



Resolução nº 219/2016-CNJ, independente da vontade ou anuência dos servidores pleiteantes, que poderão contestá-la, no prazo recursal adequado, segundo o aludido plano de ação, bem como utilizando-se dos meios jurídicos postos à disposição de qualquer litigante em observância aos princípios constitucionais do devido processo legal e da inafastabilidade da tutela jurisdicional.

III.

Por tudo o quanto exposto, não vislumbrando motivo preponderante para a suspensão do Edital nº 001/2017, que trata do **CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO/AUXILIAR JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA DAS COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA A COMARCA DE MACAPÁ, PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE**, decido pelo *indeferimento* do pedido aqui formulado.

Cientifiquem os requerentes. Junte-se ao PA nº 61961/2017.

Cumpra-se.

CGJ, em 12 de setembro de 2017.

Desembargador **AGOSTINO SILVERIO JUNIOR**
Corregedor Geral de Justiça